

sultados em virtude do sucateamento do IBGE.

Em termos de políticas socioeducacionais os componentes mais relevantes são as taxas de fecundidade, mortalidade e os fluxos de imigração/emigração, componentes da dinâmica populacional que mostram a transição demográfica do país. "O estudo desses componentes vai desvendar as implicações para a composição da demanda do ensino fundamental e para as perspectivas de resolução do déficit quantitativo no sistema educacional". (MEC, 1994).

Também são apontadas como limitações para o planejamento da demanda social por educação a desagregação etária na faixa do pré-escolar, entre as pessoas de 0 a 4 anos de idade e a avaliação da condição de alfabetização, uma vez que não há mensuração das habilidades de escrita e leitura, reduzindo-se o levantamento à declaração dos entrevistados. Além disto, os dados sobre instruções da população dão uma idéia dos resultados cumulativos das políticas implementadas no setor educacional. Os dados sobre renda e outros que caracterizam as famílias e suas condições de vida podem ser corretamente considerados auxiliar na identificação e estabelecimento de estratégias para tornar mais efetivos os serviços dirigidos à população.

O Censo Educacional realizado pelo sistema SEEC e coordenado pelo MEC, tem uma estrutura complexa que implica a realização de censos por estabelecimentos escolares, de periodicidade anual, executados com a participação das Secretarias Estaduais de Educação. Neste sistema a escola é a unidade de referência, o que exige coletas com base municipal ora coordenada pelas próprias Secretarias Estaduais, ora realizadas sob a responsabilidade do IBGE. Além disso, esses dois parceiros do sistema devem envolver também a rede particular e a federal onde ela exista.

A finalização de um ciclo anual de levantamento implica a inclusão, em nível nacional, destas quatro redes, envolvendo um conjunto de problemas que vão desde a falta de atualização dos cadastros de estabelecimentos, base para a realização da coleta, até implicações sobre a qualidade das informações e o atraso na divulgação.

Observam-se, também, dificuldades de acesso da base de dados construída com esses levantamentos, o que termina por limitar a disseminação, restringindo o seu uso.

Com tratamento eletrônico ainda centralizado, os levantamentos anuais do SEEC/MEC culminam com a realização, no próprio MEC, de cruzamentos que só agora estão se tornando acessíveis às Secretarias de Educação que foram recentemente ligadas ao sistema de processamento de dados do MEC para fins de consultas diretas, via rede.

Apesar deste avanço, os usuários constantes do sistema ressaltam que ainda há muito o que aperfeiçoar quanto ao item acessibilidade, considerando que os "órgãos estaduais responsáveis pelo levantamento podem extrair apenas alguns formatos de tabulação, com um número restrito de variáveis, em cada tabela impressa e o usuário mais exigente terá dificuldade de entrar no arquivo básico e manipulá-lo à vontade para obter os dados de que necessita" (Gusso, s.d.).

Por tais dificuldades, o uso desses dados é extremamente dependente do acesso às sinopses divulgadas pelo próprio Ministério da Educação e Secretarias Estaduais ou às tabelas, em formato padrão, diretamente derivadas do processamento.

Nas Secretarias Estaduais é possível um conhecimento mais imediato de resultados relativos aos aspectos locais. Dados globais para o conjunto das unidades da federação só são possíveis através das publicações divulgadas pelo próprio MEC, preparadas apenas quando o processamento final do material levantado, em nível nacional, permite incluir todas as quatro redes de ensino, em todas as Unidades da Federação.

Estes problemas estão estimulando o afloramento de idéias sobre a ampliação da periodicidade, considerando que a realização de um levantamento anual, com tal amplitude dentro de parâmetros de qualidade mais rigorosos, exige recursos atualmente inexistentes no MEC nas Secretarias Estaduais. Períodos intercensitários maiores de dois, três ou mais anos, permitiriam uma maior concentração de recursos e maiores investimentos na melhoria das condições operacionais.

Contudo esta fonte tem oferecido um suprimento regular de informações sobre o nú-

mero de alunos matriculados, por idade e série, reprovação, evasão, número de escolas, localização das matrículas e das escolas, concluintes, números de turmas, etc. São várias as possibilidades de uso destes dados. Cruzados com os do Censo Demográfico, permitem caracterizar o nível de acesso da população aos serviços de ensino dos três graus e, a depender do modelo de análise utilizado, contribuem para um razoável conhecimento dos problemas de fluxo existentes, permitindo inferir algumas características relativas aos processos que se realizam no interior das escolas. Com a análise das séries já disponíveis para esses dados podem-se identificar tendências ou vislumbrar resultados, procedimentos que são de extrema importância no monitoramento das reformas implementadas ou no esboço de novas reformas.

Para o conhecimento da disponibilidade e condições dos espaços físicos onde funcionam as atividades escolares, existem restrições aos dados sobre sala de aula levantados no sistema SEEC/MEC, considerando a falta de padronização destes espaços quanto ao tamanho e requisitos arquitetônicos, uma vez que o termo sala de aula é aplicado a espaços com as mais diversas características.

Além disso, a ocorrência de duas ou mais escolas funcionando no mesmo prédio implica, na maioria das vezes, dupla contagem. Tudo isto resulta em informações imprecisas. Estes e outros motivos vêm impedindo o MEC de consolidar os resultados dos levantamentos realizados até hoje sobre prédios escolares, em complementação ao Censo Anual.

Também vêm sendo de utilidade restrita as informações sobre docentes e outros profissionais atuando na escola, uma vez que a informação sobre estes é levantada duas e mais vezes no questionário que se refere a uma mesma escola, a depender de quantas vezes ele atua como profissional (professor e supervisor), em diferentes séries e turnos. O registro se complica ainda mais quando um mesmo professor atua em diferentes escolas da mesma rede ou de redes diferentes.

Em relação à PNAD, as críticas são feitas à metodologia amostral, "principalmente o fato de que a expansão dos resultados da amostra baseia-se em projeções demográficas que foram elaboradas a partir dos dados dos recenseamentos gerais de 1970 e 1980 e sob

hipóteses associadas a taxas específicas de fecundidade, mortalidade e migração. Seu grau de precisão está intimamente ligado ao das hipóteses feitas para estas taxas e, naturalmente, quanto mais distante as projeções estiverem do ano base, menos válidas são essas hipóteses" (Campelo e Pimenta, CEI, 1992).

Em termos de sistemas estaduais e de redes municipais há pouco uso dos dados oferecidos pelo SEEC e pelo IBGE.

Desvinculadas de um processo de planejamento macro a médio e longo prazo, as Secretarias Estaduais e Municipais deparam-se com a necessidade de administrar o dia-a-dia do funcionamento das suas redes. Estão, assim, cada vez mais "ilhadas" na perspectiva imediatista, sem tempo, recursos financeiros, tecnológicos ou competência técnica, para tratar os dados disponíveis nas diversas fontes, que lhes permitiriam compor uma base de dados capaz de evidenciar as suas necessidades em nível macro e de monitorar as intervenções globais ou localizadas. Estas últimas, quase sempre terminam por serem feitos sem diagnósticos consistentes que referendem as decisões e sem que se tenha um sistema de indicadores que contribua para medir os impactos das mudanças introduzidas.

Há algum tempo é corrente entre os estudiosos e os profissionais envolvidos em planejamento, a constatação de que já existe uma base de dados quantitativos suficientes para uso no monitoramento de questões significativas do campo da educação.

Segundo Gusso (s.d) a desculpa de que "não há dados" é uma desculpa esfarrapada para o planejamento que esconde a falta de empenho para acessar as fontes existentes. Falta também de imaginação e criatividade e garra para um bom aproveitamento das fontes disponíveis, com todas as suas lacunas, descontinuidade e embaraços técnicos. Quanto à mensuração da qualidade do ensino, o país não possui tradição em estudos e pesquisas que permitam conhecer o interior do sistema educacional e das escolas. A própria ênfase nos aspectos quantitativos vem demonstrando a permanência de problemas que, aceitos como crônicos por décadas, começam agora a ser considerados desafios que só podem ser superados se abordados pela ótica da qualidade do ensino. Antecipadas pela ação e pro-

Existe uma base de dados quantitativos suficientes para uso no monitoramento de questões significativas do campo da educação.

nunciamentos de organismos internacionais, da comunidade acadêmica, das associações de classe, etc., vêm se realizando seminários, encontros e conferências internacionais, nacionais, onde a qualidade torna-se cada vez mais o foco central das propostas para a educação.

A busca por uma melhoria da qualidade x equidade da educação é um dos maiores desafios da década de 90. No Brasil, é hoje generalizado o reconhecimento de que o sucesso ou o fracasso tanto no acesso da população à educação quanto na redução da taxa de repetência e evasão, dependem de implementação das novas propostas de políticas educacionais contidas no Plano Decenal de Educação para Todos - MEC - 1993 a 2003, cujas ações estão voltadas para:

- novos padrões de gestão educacional com o aumento da autonomia das escolas (eleição de diretores, organização dos colegiados, revitalização dos grêmios) e definições de funções, competências e responsabilidades de cada nível da administração educacional, buscando descentralizar e integrar suas ações e possibilitar a articulação dos programas de educação fundamental;
- fixação de conteúdos mínimos determinados pela Constituição em âmbito nacional;
- profissionalização e reconhecimento público do magistério com capacitação permanente dos professores e Planos de Carreira capazes de promover efetiva profissionalização do Magistério;
- estímulos às inovações que serão objeto de acompanhamento, avaliação, apoio e disseminação;
- sistematização da educação continuada de jovens e adultos;
- produção e disseminação do conhecimento educacional e das informações em educação.

Este modelo de uma nova escola para atender a uma demanda da melhoria e equidade do ensino de primeiro grau tende a modificar a estrutura organizacional das instituições responsáveis pelo sistema educacional, principalmente no que diz respeito à sistematização e avaliação de dados estatísticos e às informações qualitativas sobre o sistema.

Para aperfeiçoar os seus sistemas de informações dirigindo-os, também, para medir a qualidade, essas instituições deverão desen-

volver uma nova postura em relação às escolas para captar os processos que nela ocorrem, considerados de importância para a produção dos resultados em termos de desempenho do aluno, ou seja para a qualidade dos serviços de educação. Por se limitarem a informar sobre prédios, equipamentos, alunos, professores, etc. - as taxas de índices de produtividade oficiais não conseguem evidenciar os processos pedagógicos e outros que são responsáveis pelos níveis de aprendizagem. Atualmente, considera-se que, "para analisar a qualidade, os sistemas de informações clássicas são insuficientes, não oferecem uma base de dados adequados para saber o que realmente sucede nas escolas e especialmente nas aulas. Daí conclui-se que o foco de atenção do monitoramento da qualidade do ensino deve deslocar-se dos aspectos macro do sistema para o nível da escola (Costa, 1994).

Contudo, segundo (Windham, 1993) a definição da informação adequada (relevância, exatidão, oportunidade, disponibilidade e clareza) só se pode dar através da especificação do princípio organizador do qual a informação será coletada, analisada e apresentada.

Trata-se agora de redesenhar os sistemas de informações de modo a:

- considerar o planejamento da qualidade como um aspecto da "planificação da educação que tem possibilidades de produzir o melhoramento do contexto educacional expresso sob a forma de melhorias detectáveis de conhecimentos, competências e valores adquiridos pelos estudantes" (Ross e Govinda, 1993);
- responder a questões tais como: o que o aluno aprende, como aprende e porque aprende;

O rendimento do aluno nas várias áreas do currículo deverá ser o eixo básico das informações sobre a qualidade. Os processos pedagógicos, de gestão administrativa e organizacional, de articulação com a comunidade e com os demais níveis do sistema que têm um lugar na escola deverão ser analisados de modo a responder quais são os processos ou insumos que efetivamente interferem no desempenho dos alunos;

- articular a base de dados quantitativos aos resultados de levantamentos e de investigações sobre a qualidade do ensino. Isto representa avançar, transformando os sistemas de informações de exclusivamen-

te censitários e descritivos em sistemas que também assumem funções explicativas e utilizam formas diversificadas de investigação;

- incorporar instrumentos e mecanismos capazes de detectar, acompanhar e/ou avaliar experiências inovadoras emergentes, propostas no cotidiano escolar ou pelos órgãos centrais, de modo a produzir as informações necessárias para uma reorientação, expansão ou generalização;
- permitir uma rápida divulgação dos resultados considerando o seu potencial para impactar a escola produzindo mudanças imediatas de atividades, de atitudes, métodos, uso dos recursos, etc.;
- incluir mecanismos de disseminação das informações que contemplem relações verticais em direção à escola e relações horizontais através das quais grupo de escolas discutam os resultados sobre seus próprios níveis de rendimento e, naturalmente, descubram soluções imediatas para os problemas detectados.

A reorientação dos sistemas de informações nas bases anteriormente descritas só será possível quando as autoridades responsáveis pela educação decidirem ultrapassar o estágio de compromisso único e exclusivo com a expansão, para assumir o compromisso com a qualidade. Aí então esta dimensão esquecida e marginal da educação será incorporada ao planejamento e, conseqüentemente, à concepção e operacionalização dos sistemas de informação.

Em vários países estão sendo criados Sistemas de Avaliação voltados pra medir a qualidade da educação. Na América Latina, Chile, Costa Rica, México e Brasil estão sendo considerados os países que mais avançaram nesta área.

No Brasil desde 1987/88 esforços vêm sendo desenvolvidos, culminando com a estruturação do sistema SAEB que realizou, em 1990, o seu primeiro levantamento cujos resultados já foram publicados. Em 1993, sob a coordenação do INEP/MEC, realizou-se o segundo levantamento cujos dados estão em fase de processamento.

(*) Elizabete Santana é Assessora da Secretaria Municipal de Educação do Município de Salvador e Professora da UNEB.

(**) Rachel Alexandrina Pimenta é Técnica do CEI.

Também o IPE, o Banco Mundial e PNUD estão envolvidos neste esforço de articular as informações sobre qualidade, criando expectativas de que em breve ocorram avanços significativos para o aperfeiçoamento dos sistemas.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Plano decenal de educação para todos*. Brasília: MEC, 1993.
- CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). *Bahia: indicadores sociais na década de 80*. Salvador: CEI, 1992. (Séries Especiais CEI, 5)
- CARVALHO, José Carmello Braz de. Educação. In: SEMINÁRIO DISCUTINDO O IBGE, MÓDULO II, Rio de Janeiro, 1994, 29-30, set.
- DEMANDA Social por educação: Indicadores demográficos. *Boletim de Indicadores educacionais, Brasília: MEC, n.1, 1994.*
- GUSSO, Divonzir Arthur. Planejamento educacional. In: SUBSÍDIOS ao planejamento participativo: Textos selecionados. Brasília: MEC, 1980. (Série planejamento, 3).
- HURTEBRISE, Patrícia, COSTA, Isabel. Calidad, monitoreo y funcionamiento en las escuelas em Africa. Carta informativa del ILPE, jul./set. 1994.
- OLIVEIRA, Bettz Antunes de. *O estado autoritário brasileiro e o ensino superior*. São Paulo: Cortez, 1980.
- RODRIGUES, Neilson. *Estado, educação e desenvolvimento econômico*. São Paulo: Cortez, 1985.
- ROSS, Kenneth. RANGACHAR, Pe. Govinda. *Mejorar la calidad de la educación en los países e em desarrollo*. Carta Informativa del ILPE, abr/jun. 1993.
- WASELFISZ, Jacobo. *Educación fundamental: relatório final de proposta de estudos sobre alternativas para o desenvolvimnto do semi-árido com ênfase na municipalização*. Recife: IICA, 1994.
- Sistemas de avaliação do desempenho escolar e políticas públicas. Ensaio, Rio de Janeiro: CESGRANRIO, n. 1, dez. 1993.
- WINDHAM, Douglas. Gestionar los sistemas educacionales eficientemente. Carta Informativa del ILPE, jul./set. 1993.

Em vários países estão sendo criados Sistemas de Avaliação voltados pra medir a qualidade da educação.